



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 2/2022

Sessão Extraordinária de 16 de fevereiro de 2022

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e quatro minutos, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sexto do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

22 Deputados Municipais do PS- Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Joana Guerreiro da Conceição (1.ª secretária), Fernando Pereira Marques (2º secretário), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, José João David (em substituição de Pedro de Moraes Lobo Martins Julião), Elisabeta Ecaterina Necker, Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de João Pedro Medeira Cabrita), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Adriano Cabrita em substituição de António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nuno Trindade em substituição Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliquireime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

8 Deputados Municipais do PSD- Eleutério João Pedro Rocheta, João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Hélder Faísca (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes), João José Paixão Carvalho Ferreira, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2 Deputadas Municipais do Partido CHEGA- Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro e Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; -----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota; -----

1 Deputada Municipal da CDU- Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN- Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, a **Vice Presidente**, Ana Machado, e os **Vereadores** Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Rui Cristina, João Paulo Sousa e Fernando Santos.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

-----Ordem de Trabalhos-----

1- Período da Ordem do Dia: -----

a)- Proposta 299-2022- Deliberação relativa à Desafetação de bem do Domínio Público Municipal, para o Domínio privado da Câmara Municipal de Loulé (Lote de Cedência sito nos Calijos na área de desenvolvimento do Complexo Empresarial Mar Shopping), nos termos do estatuído na alínea q) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

O Presidente da Assembleia, iniciou a sessão saudando todos os presentes e ao público em casa e dizendo que esta sessão é uma sessão atípica, e que obteve a concordância dos Líderes Parlamentares, para que se fizesse uma sessão específica, para apreciar o ponto da Ordem de Trabalhos e informando que não há intervenções do público, não há período antes da Ordem do Dia, vamos passar diretamente para a Ordem do Dia, tendo salientado que estamos de regresso ao edifício da Assembleia Municipal, referindo que estas condições podem não ser as melhores, em termos do contexto de pandemia, da qual ainda não saímos completamente. Apresentou aos deputados o formato de sala que a Mesa elaborou, com a distribuição dos Grupos Parlamentares como está e os lugares reservados ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

público naquele setor. Posteriormente em sede de Comissão Permanente, faremos avaliação desta modalidade e se as pessoas se sentem ou não confortáveis em que se faça aqui a Assembleia e a próxima já com público. Sendo assim passava ao ponto único da Ordem de Trabalhos.-----

----- **Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:** -----

Proposta da Câmara Municipal n.º 299-2022- Deliberação relativa à Desafetação de bem do Domínio Público Municipal, para o Domínio privado da Câmara Municipal de Loulé (Lote de Cedência sito nos Calijos na área de desenvolvimento do Complexo Empresarial Mar Shopping), nos termos do estatuído na alínea q) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara**, que iniciou a sua intervenção saudando os presentes e ao público em casa, começando por se dirigir ao Presidente da Assembleia Municipal, para registar um sentimento de satisfação de voltar ao nosso espaço natural, apesar dos condicionalismos que a pandemia impõe, mas na verdade ouvi aqui vários comentários de pessoas satisfeitas, por voltarmos à sala da Assembleia Municipal. Dito isto queria dizer aos senhores Deputados Municipais que a proposta foi distribuída, puderam com certeza ter oportunidade de a ter lido, e a mim compete-me explicar a todos, qual é o objetivo de trazer aqui esta proposta. Esta proposta tem como objetivo, tornar viável o desenvolvimento de um loteamento para uma parcela de cedência, que resultou da aprovação de um plano de urbanização onde foi licenciado o complexo comercial do Mar Shopping, aliás isso também resulta da leitura da própria proposta e, essa operação de loteamento só pode desenvolver-se se aquilo que resultou da aprovação do plano de urbanização, passa do domínio municipal público para o domínio municipal privado. Só essa passagem do domínio público para o domínio privado da câmara do município, pode permitir o desenvolvimento de uma operação de loteamento. Esta operação de loteamento, de acordo com os propósitos da Câmara, pretende, encontrar espaços infraestruturados, localizados numa área que pode responder às necessidades sobretudo sociais e educativas, que o município tem. Todos sabemos que temos falta de lares, escolas em geral de equipamentos que cumpram esta função, e por tanto vamos ter ali com este loteamento a oportunidade de podermos encontrar parceiros, para que estes projetos possam ser materializados. Portanto estamos perante uma proposta importante e que visa criar as condições para que mais respostas sociais possam ser encontradas no nosso concelho, que como sabemos tem essa necessidade que não está ainda cabalmente resolvida e, portanto, senhores Deputados, enquanto me cumpre informá-los, alguma pergunta, estaremos aqui para responder. Agradecendo ao Presidente da Assembleia passou-lhe a palavra.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O **Presidente da Assembleia** agradecendo, passou a palavra aos Deputados. -----

Tomou a palavra o **deputado Carlos Martins do BE** dizendo: Passados tantos meses estamos de volta à casa da democracia, sede natural dos nossos trabalhos. Apesar de não termos público, mas o público está em casa e está-nos a ouvir, não podendo participar vai-nos acompanhar. Portanto este pedido da Câmara é um pedido relativamente fácil, quer nas propostas quer nos pressupostos. No entanto queria lembrar aqui algo sobre este plano de urbanização do Calião e Esteval no sítio onde está o empreendimento que todos sabemos do Ikea, portanto para todos aqueles que não puderam assistir à célebre reunião da Assembleia Municipal do dia oito de fevereiro de dois mil e treze onde foi aprovada as tais alterações ao PDM, com outro Executivo Camarário, onde se viu bem a pressão que foi exercida, sobre a Bancada que suportava o Presidente, no sentido de que tinha que ser aprovado naquele dia, aquele plano, a todo o custo. Pronto foi aprovado, está em vigor, e naquela altura, segundo informações do Senhor Presidente da Câmara, o grupo sueco comprometeu-se a realizar cerca de nove milhões de euros em iniciativas dentro do plano e exteriores ao plano. Uma destas iniciativas, era o acesso viário à EN.125 através da variante de Almancil, como sabemos e como uma primeira questão que ponho ao (Senhor Presidente da Câmara) já, é que, parece que falta concluir esta promessa, porque só temos acesso, quem vem de Almancil só temos acesso se formos a Faro e depois voltamos de Faro para vir para Loulé, portanto e estava comprometido nessas contrapartidas, que falta uma variante que ataque diretamente para voltarmos para Loulé. Também previam um conjunto de ciclovias passeios pedonais, até uma bacia de retenção no parque das cidades, que eu até nem sei o que é que realmente era, mas sei na altura que foram estabelecidas duas contrapartidas monetárias para o concelho de Loulé. Uma delas para uma obra que foi realizada já no mandato do (Senhor Presidente e Doutor Vitor Aleixo), que é a reabilitação do Largo do Chafariz. Essa obra, segundo parece estava dotada de cerca de cento e cinquenta mil euros. Depois havia outra obra para Almancil, na ordem dos duzentos mil euros para equipamento social, infelizmente nem temos equipamento social e também outra pergunta que faço ao Senhor Presidente, porquê? E se o Grupo Sueco já entregou como se comprometeu o dinheiro à Autarquia ou não? Ou se está pendente das obras se iniciarem, para desbloquear as verbas? Portanto, quer dizer, de acordo com a proposta em junho de 2015, a Câmara aprova o alvará onde está, perfeitamente discriminado as cedências e uma delas é uma cedência de terreno de trinta e quatro mil quatrocentos e cinco metros quadrados e destinado a equipamentos de utilização coletiva. Quer dizer, com tanta carência de equipamentos sociais, creches e escolas, finalmente passados cerca de sete anos, a câmara descobriu que havia um terreno, e ainda bem, agora vai dar uso a esse terreno, para um fim que nós estamos, não é farto, em todas as sedes de Reunião do Orçamento Municipal, propomos como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

recomendação a criação de uma rede de equipamentos sociais. Espero bem que com este tipo de alteração e desafetação, consigamos resolver o problema a curto prazo. Queria perguntar, não percebo bem porque há necessidade de fazer o loteamento naquele terreno? Se realmente é tudo, é a Câmara que vai lá construir, porque é que é a necessidade de se fazer um terreno? E se não o é, qual é a outra entidade que vai lá construir? Obrigado. -----

O **Presidente da Assembleia**, retomando a palavra o perguntou aos deputados presentes, se não houvesse discordância, daria de seguida a palavra ao Presidente da Câmara, para responder ao conjunto de questões e passaria novamente, a palavra aos senhores Deputados. -----

Não havendo discordância, tomou a palavra o **Presidente da Câmara Municipal**, Vitor Aleixo, agradecendo, referiu o Ponto da Ordem de Trabalhos é naturalmente como podem ler, apenas operar a transição desta parcela de terreno, que tem um instituto jurídico para um outro. O senho deputado do Bloco de Esquerda, aproveita a circunstância, porque se trata de uma área que é a área do Mar Shopping e coloca-me uma série de questões, relativamente, portanto ao Plano de Urbanização, às obrigações, da Entidade que licenciou aquele complexo comercial. Como deve compreender, não vinha propriamente preparado para isso. Se o Senhor Presidente da Assembleia entender, nós podemos reservar, um momento qualquer da vossa decisão, para fazer o ponto de situação, relativamente à execução das contrapartidas que foram negociadas na altura, em 2013, como disse, e muito bem, e vemos, sem prejuízo disso. Dessa abertura que desde já, deixo aqui expressa e manifesto, sem prejuízo disso. Eu quero confirmar uma coisa que disse o Deputado Carlos Martins, que de facto, há um troço de estrada que é preciso fazer, que tem duas rotundas e mais um eixo viário. É verdade que sim, que não foi executado até hoje. Essa obra, portanto, resulta de um Protocolo entre as Estradas de Portugal e o IKEA e como competirá o IKEA fazer, o projeto feito, foi enviado para as Infraestruturas de Portugal. Bom e tanto quanto sei, não sei tudo e estou a dar informações, que carecem, admito desde já, de maior detalhe, mas tanto quanto sei, não tivemos até hoje a resposta. Mas há aqui também uma outra situação, é que, quem deveria disponibilizar as parcelas para o IKEA fazer essa obra, seria, portanto, as próprias Infraestruturas de Portugal, que serão, admito eu, donas de uma parte dessas parcelas. E aquelas que não existissem, a câmara ainda teria de adquirir essas parcelas, a Câmara Municipal de Loulé. Estes foram os termos, do acordo negociado. Eu até aqui reconheço relativamente bem, portanto, o que foi acordado entre as partes e confirmo, portanto, que falta ainda fazer uma parte, e que o facto de ainda não ter sido feito até hoje, não quer dizer, de maneira nenhuma, não pensem isso, que não será feita. Portanto, como tantas coisas aqui na Câmara, portanto, é impossível fazer tudo ao mesmo tempo, é impossível dar atenção ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

mesmo tempo a todas as questões, e só por, digo eu, de concertação entre as três partes e dizer e negociação vamos fazer isto, é que ainda não se fez. Porque outras coisas aparecem, agora, é verdade temos que fazer esse eixo, como explicou o deputado Carlos Martins. Depois, fez-me outra pergunta, falou-me de valores, eu esses valores careço de confirmar, porque não tenho a certeza que isso seja assim, uma coisa é aquilo que é dito numa Assembleia Municipal, outra coisa é aquilo que fica escrito, em termos contratuais. E o que nos vincula a todos nós é a letra de cada contrato, que é assinada entre as diferentes entidades. Portanto, admito que, não sei se é assim, se não. Primeiro não participei nessa Assembleia Municipal. E ainda que tivesse participado, podia até nem lembrar-me, mas o que me diz, fala-me aí de uma verba, que eu não encontrei nos documentos escritos, mas com eu lhe digo, eu aqui prefiro não adiantar mais esta minha conversa, porque, careço de informação que terei que reunir, junto dos serviços da Câmara. Portanto ficamos por aqui, mais uma vez, disponibilizando-me, caso seja essa a vossa vontade, a trazer informação mais detalhada. Porquê o loteamento? Bom, o loteamento porque nós não vamos fazer numa área tão grande, uma área que tem cerca de trinta e quatro mil metros quadrados, é preciso dar para muita coisa, não é? É uma área enorme. Felizmente temos este ativo, e que é preciso, dar-lhe uma utilidade racional de acordo com as nossas necessidades, e ao ritmo em que elas vão surgindo. E, portanto, seria má gestão do nosso território, perante uma parcela de terreno tão grande, nós não fazermos um loteamento para tudo o que vier ali a ser feito, nasça, direitinho, planeado como deve ser, para aproveitarmos bem o terreno e para servirmos o melhor possível a nossa população. Portanto, esta senhor deputado é a razão do loteamento. -----

Agradecendo, o **Presidente da Assembleia**, passou seguidamente a palavra ao deputado João Carlos Santos do PSD. -----

O **deputado João Carlos Santos do PSD**, agradecendo, iniciou dizendo que, de facto realmente é um prazer voltar a esta Assembleia, e, portanto, reconhecer que esta desafetação é importante. Importante para o concelho e nomeadamente na área em que está contemplada, mas também reforçar que também, o PSD sente que as contrapartidas, nomeadamente nesta situação elas devem ser cumpridas, elas devem ser honradas. Não podemos esperar que a Câmara saia sempre lesada destes processos. Poderemos dar o exemplo, quando foi a construção do aterro da Cortelha, em que haviam várias contrapartidas, entre elas a circular Norte de Loulé, e a Câmara é que vai assumir essa responsabilidade. Por isso simplesmente dizermos isto, para reforçar a importância, de sabermos, se essas contrapartidas serão cumpridas ou não e pronto, deixarmos aqui o nosso, reconhecimento a esta desafetação, de que inclusive em reunião de câmara, foi votada por unanimidade e que é importante, os equipamentos sociais, que existam mais equipamentos sociais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

no concelho e naquela área. -----

Agradecendo tomou a palavra o **Presidente da Assembleia**, e cumprimentou António Farrajota do CDS, desejando-lhe as boas-vindas de volta aos trabalhos e passando lhe seguidamente a palavra. -----

O **deputado António Farrajota do CDS**, cumprimentando a Mesa, o Executivo, Deputados, todos os presentes e o público em casa, tomou a palavra dizendo: Eu queria fazer duas observações, talvez uma, que englobe tudo. É de louvar que a Câmara tenha tido esta iniciativa, embora os equipamentos cedidos pelo promotor da zona do IKEA, o tenha feito, já sabíamos há algum tempo, já sabemos há alguns anos, que havia de voltar, a serem adjudicados à câmara. Para construir, segundo julgo saber, uma escola e uma creche, pelo menos. Não sabem ainda exatamente o detalhe da construção. Para o fazer é preciso inscrever as verbas necessárias, no orçamento camarário, julgo eu. Não sei se terão alguns apoios estatais ou se será a câmara a suportar os custos totais dessa edificação. E a outra parte da pergunta, era quando é que se iniciam? Se tem um prazo? Quando é que se vai começar a tratar do pormenor, daquilo que aí se vai fazer? Para complementar a intervenção que tiveram aqui, os meus colegas do PSD. Para que não fique no esquecimento e se passe anos e anos, e que depois o público em geral não tenha qualquer informação. Portanto, que seja comunicado à população, quais são as intenções, quem é que vai pagar e quando é que se vão iniciar ou se pense em iniciar? -----

Agradecendo tomou a palavra o **Presidente da Assembleia**, passando a palavra novamente ao Presidente da Câmara. -----

O **Presidente da Câmara**, tomando a palavra, agradeceu aos deputados, e respondeu, eu não percebi muito bem, o que o senhor deputado, João Carlos Santos, quis dizer que a câmara saia sempre prejudicada? Não, portanto, não percebi bem. Depois falou a seguir no aterro sanitário! Ó Senhor, deputado, as únicas, já disse isto aqui muitas vezes, mas parece que ultimamente, nós não temos, não sei, falta-nos a ambos, a todos nós, a capacidade de confiar na palavra uns dos outros. E isso dificulta muito, uma conversa, digamos uma conversa séria, construtiva que possa ser útil a todos nós. Já várias vezes foi aqui dito, que as únicas contrapartidas, que foram assumidas pela empresa que construiu e explora, aliás com a empresa exploradora do aterro sanitário do Sotavento Algarvio, as únicas foram cumpridas e executadas curiosamente, por este executivo ao qual eu presido. Passados tantos anos, em que outros tiveram aqui responsabilidade na casa, essas contrapartidas, tiveram que aguardar novamente, digamos à solução de responsabilidades autárquicas, por parte da força política pela qual fui eleito, para pudermos ser cumpridas. E eu repito quais elas são, três micro ETAR's e três



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pequenos desabastecimento de águas e esgotos a três povoações que ficam na imediação do aterro sanitário. Portanto, Barranco do Velho; Vale Maria Dias e Cortelha. Portanto, estas foram as únicas, disse e repito, em documento nenhum está escrito, nunca foi de facto, assumido por ninguém, que a construção da circular Norte, era uma contrapartida do Estado à Autarquia de Loulé para compensar as populações pelo, digamos, pelo impacto negativo que um equipamento daquela natureza tem sempre no território.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia Municipal**, afirmando que pensava estar feito o esclarecimento, e agradecia que o Presidente da Câmara se centrasse nas respostas. -----

O **Presidente da Câmara**, dando certezas de tal, passou a responder às questões levantadas pelo deputado António Farrajota do CDS, dizendo: Uma coisa é nós desenvolvermos o loteamento, que é o primeiro passo. Depois a câmara pode ela tomar a iniciativa e ela própria, investir, como se propõe. Mas como os lotes são vários, nós podemos através de consulta pública, encontrar outras instituições, que se proponham ou outras IPSS que se proponham, desenvolver equipamentos de natureza social, naquele espaço. Portanto, neste momento não temos ainda o grau de desenvolvimento, para que eu lhe possa dizer que, a obra a); b) ou c) começa amanhã. Não tenho essas condições. Portanto, como compreende trata-se apenas de criar as condições, para que o loteamento possa ser ali desenvolvido. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, agradecendo passou a palavra ao deputado Carlos Costa do PS. -----

O **deputado Carlos Costa do PS** dando as boas noites a todos os presentes tomou a palavra dizendo: Queria aqui simplesmente, reafirmar o que foi dito, do ponto de vista da iniciativa do município. Ele teve, nesta operação do loteamento, como é na maioria delas, há zonas de cedência. Esta é uma delas, que está aqui registada, porque está aqui que foi a reunião de Câmara e foi aprovada por unanimidade. E aqui se pretende, construir equipamentos de ordem, origem e iniciativa social. Portanto sinto que esta questão é uma questão importante para nós, tem a ver com o nosso programa eleitoral, tem a ver, enfim, com uma perspectiva de atender às necessidades das populações. O levantamento que está a ser feito nas operações de loteamento antigas e atuais, sobre o que é que são zonas de cedência ao município. Este trabalho é um trabalho que supostamente está em curso, pelo que tenho aqui avaliado, e ele, vai-nos permitir resolver questões desta natureza e de outra enfim, que sejam de necessidades. Portanto apoiamo-nos nesta iniciativa. Ela é consequente é necessária e tem mais a ver, com o aproveitar de fundos comunitários, que estão aí, para concretizar estas necessidades. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, agradecendo e constatando que mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nenhum deputado pretendia usar da palavra, disse: Assim sendo, passaria de imediata à votação da proposta. Só para esclarecer não vai ser feita a chamada, porque estão a totalidade dos deputados presentes, vinte e dois do PS, oito do PSD, dois do CHEGA, um do BE, um do CDS, um da CDU e um do PAN. Portanto totalizando 36 deputados. Irei então passar à votação. -----

Passou-se à votação; -----

a)- **Proposta 299-2022- Deliberação** relativa à **Desafetação de bem do Domínio Público Municipal, para o Domínio privado da Câmara Municipal de Loulé (Lote de Cedência sito nos Caliços na área de desenvolvimento do Complexo Empresarial Mar Shopping)**, nos termos do estatuído na alínea q) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **foi aprovada por unanimidade.** -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo a todos, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

O 2º SECRETÁRIO

Silvia C...

Joana Conceição

Fernando Soares Monteiro

